

REBELIÃO PRAIEIRA:

Um Estudo de Caso em Areia/ Pb¹

Alexandre Felipe Fiuza²

1. Introdução

Em poucos instantes, a luta estava à altura da Rua do Grude, onde se feriu o combate final, com os revoltosos entrincheirados por trás da gameleira e da cadeia velha, em cujos redutos dispararam os últimos cartuchos. Às quatro da tarde, depois de quase oito horas de combate, estava tomada a cidadela.³

Os revolucionários não ficaram mais do que três dias na cidade de Areia, mas foi o tempo necessário para ali ocorrer uma das maiores batalhas travadas na chamada região do brejo paraibano.

Em meados do século XIX, a economia nacional atravessava um processo de redefinição das áreas centralizadoras dos produtos na exportação. Tal fato explica-se pela decadência da agricultura tradicional que enfrentava problemas com a concorrência e oscilação dos preços no mercado internacional, bem como pela incapacidade de reestruturar-se através da aplicação de capitais, renovação das técnicas e suprimento da mão-de-obra. Essa realidade veio neutralizar as regiões Norte e Nordeste e, dessa forma, a Corte instalada no Rio de Janeiro e o cultivo do café no sudeste tornaram o sul do país o novo pólo econômico nacional.

¹ Trabalho inédito de 1995, sob orientação das professoras Ms. Joana Neves e Ms. Regina Célia Gonçalves, do curso de História da UFPB/ Campus I.

² Professor do Colegiado de Pedagogia da UNIOESTE/ Cascavel, doutorando em História pela UNESP/ Assis e membro do Grupo de Pesquisa História e Historiografia na Educação e do PECLA – Pesquisa em Educação, Cultura, Linguagens e Arte/ UNIOESTE.

³ ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia**. Memórias de um Município. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1980, p. 56.

As mudanças não eram apenas de ordem econômica, mas também, política. Em 1847, D. Pedro II criou o cargo de presidente do Conselho de Ministros, ou Chefe do Gabinete, dando origem ao parlamentarismo tupiniquim. O imperador nomeava o primeiro ministro e este indicava os ministros das outras pastas, caso o imperador aprovasse, o Ministério "(...) seria submetido à aprovação do parlamento, que poderia lhe dar ou não o *voto de confiança*." ⁴. Vale ressaltar, que a idéia de criação do cargo de *Presidente do Ministério* foi inspirada na proposta de lei do deputado Vieira Souto, de 1837, sendo que, entre 1840 e 1847, o cargo era denominado de *organizador do Gabinete*.

No entanto, a máxima de que no parlamentarismo *o rei reina, mas não governa*, não poderia ser aplicada no Brasil, visto que o imperador detinha o Poder Moderador, podendo demitir o gabinete ou mesmo dissolver a Câmara dos Deputados, realizando novas eleições. Assim revezavam-se no poder os partidos liberal e conservador, ambos provenientes da mesma camada social, ou seja, a elite econômica. Era muito popular o ditado de que *nada mais parecido com um conservador do que um liberal no governo*.

Esse quadro, porém, não era tranqüilo. Segundo a análise de Monteiro sobre o Império: "*O período entre 1831 e 1850 ficou marcado na história brasileira como sendo uma época de insurreições, rebeliões, motins e de grandes debates políticos*" ⁵, que geraram uma estrutura jurídica - político - administrativa centralizada nas mãos do governo imperial.

Uma série de medidas foi tomada pelo Governo Central com vistas a centralizar ainda mais esse poder. Em 3 de dezembro de 1841 foi aprovada a reforma do Código de Processo Criminal, que, entre outras mudanças, criava uma hierarquia policial e judiciária nomeada pelo Império. Os cargos de chefe de polícia, juiz municipal e promotores públicos tornaram-se instrumentos dessa centralização política. A Guarda Nacional, que fora criada para conter o Exército, continuou a legitimar o poder ilimitado dos grandes latifundiários, somente em 1850 ela passou ao controle do Ministro da Justiça, servindo de força auxiliar do Exército.

Em meio à centralização política, liberais e conservadores alternavam-se no poder. Em Pernambuco, os conservadores estavam aglutinados em torno do governo Rêgo Barros, que controlou a província de 1837 a 1844. Durante esse período as oligarquias Cavalcanti - Rêgo Barros

⁴ NADAI, Elza e NEVES, Joana. **História do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1995, p. 205.

⁵ MONTEIRO, Hamilton M. **Brasil Império**. São Paulo: Ática, 1986, p. 27.

puderam realizar toda sorte de privilégios e proteção a seus partidários. Já dizia uma quadra popular, atribuída ao jornalista praieiro Jerônimo Vilela de Castro Tavares:

Quem viver em Pernambuco
Deve estar enganado
Que ou há de ser Cavalcanti
Ou há de ser cavalgado".

O governo de Francisco de Rêgo Barros, segundo Amaro Quintas, no seu livro *O Sentido Social da Revolução Praieira*, estava voltado ao "progresso" de Recife e não aos interesses da maioria da população. A capital foi modernizada, com o trabalho de técnicos europeus contratados a custos elevados. Nela foi construído "um sistema de estradas que dinamizou a exportação dos produtos do interior: açúcar, algodão, couros, etc."⁶. Durante seu governo a província se manteve sob o domínio de sua família, os Cavalcanti e os Rêgo Barros, além disso, foi acusado pela imprensa liberal de proteger um dos seus primos acusados de possuir escravos roubados, inclusive da Paraíba, e de agir, impune, no derrame de moedas falsas. Porém, tais acusações eram trocadas entre ambos os partidos, liberal e conservador, quando um destes se encontrava na oposição:

O opositor político é necessariamente, ladrão de escravos e animais, introdutor de moedas falsas e contrabandista de escravos, facinoroso, assassino, sedicioso, o que implica em dizer que põe em risco a propriedade de seus pares, porque sedição é sinônimo de desordem/destruição.⁷

2. A Construção da Rebelião Praieira em Pernambuco

Em 1848, a Rebelião Praieira eclodiu em Pernambuco e se estendeu à Paraíba, germinou em meio a uma grande concentração de terras na mão dos latifundiários e num controle abusivo do comércio pelos estrangeiros. Esta situação propiciava a eclosão de conflitos e um terreno fértil à propagação de idéias libertárias. Porém, a maior motivação para o surgimento da revolta foi levantada por Izabel Marson. Segundo a historiadora, as restrições impostas pela Inglaterra no tocante ao tráfico de escla-

⁶ ANDRADE, Manoel Correia de. Pernambuco Imortal: Períodos de Guerras. **Jornal do Comércio**, Recife, 1995, p. 14.

⁷ MARSON, Izabel Andrade. **Movimento Praieiro: Imprensa, Ideologia e Poder Político**. São Paulo: Moderna, 1980. p. 105.

vos intercontinental, provocaram uma corrida dos senhores de engenho ao contrabando:

A situação de impasse descrita levanta uma hipótese central para a explicação daquele denodo praieiro em assegurar o domínio dos cargos políticos policiais na província: era o único meio de controlar a seu favor o contrabando de escravos.⁸

Outro agravante da revolta era o monopólio, que podia ser facilmente observado em Recife: em 1844, das 77 casas comerciais em grosso, apenas 23 eram de brasileiros. Em 1848, havia na rua da Praia 120 portugueses no comércio de carne seca e somente três brasileiros no mesmo trabalho. O comércio, a pequena indústria e o artesanato encontravam-se nas mãos dos portugueses, restavam aos brasileiros "(...) o mesquinho recurso de empregos públicos ou a áspera vida de soldado"⁹. Vale ressaltar, que a nacionalização do comércio visava a atender, principalmente, os poderosos comerciantes nacionais, por extensão, essa reivindicação também atraía alguns mestres artesãos e caixeiros.

Nesse contexto surgiram inúmeras lutas de "mata-mata marinho", revoltas "relâmpago" que ocorriam nas ruas de Recife contra o estrangeiro monopolizador do comércio:

O mata- marinho constituía-se numa agitação de rua em que participavam elementos de várias camadas de população urbana (...) Durante a agitação eram depredados bem de portugueses geralmente lojas de comércio a retalho e moradias ocorrendo muitas vezes assassinatos, por linchamentos, de estrangeiros (portugueses na sua maioria).¹⁰

A rebelião se desenhava. Por um lado, a insatisfação popular e de parte da elite contra o latifúndio e o monopólio do comércio pelos estrangeiros, por outro, a luta renhida entre os liberais e conservadores. Em meio a esse embate surge o jornal liberal, o *Diário Novo*, instalado à Rua da Praia, que passa a ser a voz dos liberais mais radicais, agora denominados "praieiros". Para Joaquim Nabuco, o Partido da Praia "era a maioria, quase o povo pernambucano todo", prossegue, "mais que um movimento político, era assim, um movimento social"¹¹. Os "praieiros", se-

⁸ *Idem*, p. 6-7.

⁹ PORTO, José da Costa. **Os Tempos da Praieira**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981, p. 89.

¹⁰ MARSON, 1980, p. 09.

¹¹ NABUCO *apud* PORTO, 1981, p. 101.

gundo a oposição, recebiam esse nome por pertencerem à Rua da Praia, tradicional reduto de portugueses. Já os conservadores eram chamados pelos liberais de "guabirus", nome de um rato considerado "sorrateiro, ladrão e esperto".

Apesar das contradições dentro do grupo dos liberais, havia até os que estavam em sintonia com as idéias socialistas vindas da Europa, entre eles, destacam-se o paraibano Borges da Fonseca, Antonio Pedro de Figueiredo, Paula Batista e Soares de Azevedo, influenciados por "Fourier, Phoudhon, Owen, Saint-Simon e Louis Blanc, isto é, todo o chamado socialismo utópico, vicejante na Europa de 48 (...) que fez a revolução de fevereiro, na França (...)"¹². É bem possível que alguns liberais se aproveitaram da revolta popular para obter vantagens pessoais, contudo, muitos foram contagiados pela massa, que já não aceitava as fraudes, subornos, utilização da máquina policial e fiscal, o latifúndio e o monopólio do comércio pelo "marinheiro".

Um dos teóricos socialistas que mais se destacou em Pernambuco foi Antonio Pedro de Figueiredo, ardente crítico da concentração de terras na região, era conhecido como *Cousin Fusco* por "(...) ter traduzido a História da Filosofia, de Victor Cousin, e de ser mestiço"¹³.

Através de sua revista *O Progresso*, publicada entre 1846 e 1848, analisou o quadro rural e apontou soluções que levavam à defesa da reforma agrária. Suas posições radicais e a oposição aos praieiros lhe valeram, em 1846, a demissão durante o governo do liberal Chichorro da Gama. Trajetória semelhante teve o paraibano Antonio Borges da Fonseca, conhecido como *o Republico*, que se formou em advocacia na Alemanha e a exerceu na Paraíba e Pernambuco. Suas posições republicanas foram amplamente divulgadas nos jornais que dirigiu. Tornou-se um dos maiores opositores do regime monárquico desse período. Borges da Fonseca, apesar de não atuar diretamente e de até chegar a se confrontar com a Praia, "(...) traçou uma diretriz ideológica onde avulta o anseio de transformações sociais"¹⁴.

Para Quintas, as *verdadeiras raízes* da Rebelião de 1848 "(...) se encontram na insatisfação reinante na massa pela opressão exercida pela feudalidade territorial, aliada ao elemento estrangeiro." Aponta, ainda, a

¹² QUINTAS, Amaro. **O Sentido Social da Revolução Praieira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 9.

¹³ QUINTAS, Amaro. O Nordeste. In **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, Tomo 2, v. 2, 1985, p. 228.

¹⁴ QUINTAS, 1967, p. 137.

influência da revolução de 1848 na França, a chamada *primavera dos povos*.

Os dois principais jornais dos liberais, o *Diário Novo* e o *Guarda Nacional*, acirravam os conflitos na província. Do lado dos situacionistas se encontravam os jornais: *Diário de Pernambuco* (ou *Diário Velho*), *O Artilheiro*, *O Lidador*, entre outros. Os liberais obtiveram, também, através da imprensa, o apoio da classe emergente, que era prejudicada pela grande concentração de terras, que impedia aquela que era a mais importante atividade do período: a agricultura.

3. A força de um turbilhão popular

Em 2 de fevereiro de 1844, ocorre uma troca no gabinete com a entrada de Almeida Torres. Essa constante troca entre liberais e conservadores na organização do Gabinete era uma artimanha utilizada por D. Pedro II para manter apoio político nas províncias de ambas as facções.

Durante o quinquênio de 44 a 48, o Imperador, recomendado pelo Paço, tentará escapar as oscilações entre os partidos a que se permitira antes de 44. Nem se apressou naquele ano a passar o apoio político dos conservadores para os liberais, nem depois se apressará em agir em sentido oposto.¹⁵

Os liberais foram incorporando postos até ocuparem a presidência de Pernambuco em maio de 1845, sob a liderança de Antonio Pinto Chichorro da Gama, vindo da Bahia e considerado um *liberal radical*. Durante seu governo desmonta a máquina administrativa dos conservadores, bem como abre inquéritos contra poderosos senhores de engenho ligados a seus opositores políticos. No entanto, os liberais, instalados no poder desde 1844, não aprovaram reformas significativas. Segundo estes, enfrentaram obstáculos "(...) nas tramas da facção áulica, na oposição conservadora de parte da Câmara, nas resistências do Senado e na própria divisão interna de sua facção"¹⁶. O novo chefe do gabinete liberal, Paula e Sousa, apresentou propostas de reformas, como: a lei sobre incompatibilidades eleitorais, que proibia a candidatura de funcionários do governo; reforma eleitoral; doação de terras públicas; reforma da Guarda Nacional.

¹⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Dispersão e Unidade - Reação Monárquica*. In **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro., tomo 2, vol.2, [s./d.], p. 522.

¹⁶ MONTEIRO, 1986, p. 40.

Em meio a esse clima revolucionário, Borges da Fonseca dá corpo a revolta mediante o lançamento do *Manifesto ao Mundo*, no dia 1 de janeiro de 1848, que, salvo um ou outro item, ainda fazem parte do debate no Brasil do século XXI, defendia:

- voto livre e universal do povo brasileiro;
- a plena e absoluta liberdade de comunicar os pensamentos por meio da imprensa;
- o trabalho como garantia de vida para o trabalhador brasileiro;
- a inteira e efetiva independência dos poderes constituídos;
- a extinção do poder moderador e do direito de agraciar;
- o elemento federal na nova organização;
- completa reforma do poder judicial, em ordem a assegurar as garantias dos direitos individuais dos cidadãos;
- extinção da lei do juro convencional e do recrutamento.

Em 2 de abril de 1848, Chichorro da Gama é afastado da presidência da província, sendo substituído pelo padre Vicente Pires da Mota. Segue-se uma instabilidade política que leva a uma grande troca de governantes, foram cinco em sete meses. Até que: "nos dias 26 e 27 de junho, Recife foi sacudida por agitações populares contra os portugueses, ocasião em que muitos foram espancados e alguns assassinados"¹⁷.

Depois de um voto de desconfiança, quando da discussão acerca do projeto de abolição do tráfico negreiro, Paula e Sousa pede demissão. O novo ministério passou a ser dirigido pelo conservador Pedro de Araújo Lima, em 29 de setembro de 1848. A Câmara foi dissolvida e a repressão começou. Os conservadores, sob a presidência de Herculano Ferreira Pena, passaram a ocupar cargos políticos e de polícia em Pernambuco, demitindo em massa os praieiros.

Estava lançada a semente: uma classe média desprovida de recursos e perspectivas de trabalho, trabalhadores rurais à mercê dos desmandos dos coronéis e do latifúndio, bem como um grupo político ávido pelo poder. Segundo Quintas, a rebelião se inicia de *baixo para cima*, tomando de surpresa os líderes da Praia, que mais tarde *se deixam levar* pelas massas. O "turbilhão popular", descrito por Joaquim Nabuco, encontra campo fértil no interior e na capital de Pernambuco, bem como nos redutos liberais da Paraíba, como era o caso da cidade de Areia.

Com a demissão de inúmeros liberais, um movimento de resistência é organizado por grandes proprietários de terras que recrutam seus agregados para se manterem à força nos cargos de que foram afastados.

¹⁷ *Idem*, p. 42.

No dia 7 de novembro de 1848, iniciou-se a luta armada em O-linda, a revolução se expandiu por toda a província. Em Água Preta, o levante foi liderado por Pedro Ivo Veloso. O movimento tomou corpo em toda província de Pernambuco, "(...) se alastrou, a seguir, no interior, travando-se encontros em vários recantos- Maricota, Mussupinho, Pau Amarelo, Apipucos, Camaragibe, Três Ladeiras, Goiana (...)"¹⁸.

A rebelião obteve o apoio dos deputados praieiros Nunes Machado, Antonio Afonso Ferreira, Jerônimo Vilela de Castro Tavares, Felipe Lopes Neto, Arruda Câmara, Rego Monteiro, entre outros.

De Igarapé, seiscentos praieiros partiram para as matas do engenho Mussupinho, onde, no dia 14 de novembro, foi travada uma violenta luta, morrendo mais de cem homens, com uma sensível derrota dos liberais. No dia 22 de janeiro de 1849, os praieiros, acampados em Água Preta, decidem invadir Recife a fim de tomar o governo. Para tal empreitada, as tropas rebeldes atraíram as tropas do governo para o sul da província, deixando parte da capital desprotegida. Assim, cerca de mil homens foram divididos em duas colunas: uma atacando pelo sul, sob o comando de Pedro Ivo, tendo como imediato Borges da Fonseca e a outra a partir de Soledade, comandada por Felix Peixoto e Nunes Machado. Porém, a falta de comunicação entre as duas colunas e o fato dos rebeldes, vindos do interior, desconhecerem a cidade, levou-os a uma derrota. As forças de João Roma foram vencidas pelas tropas legalistas lideradas pelo Capitão Rocha Brasil, sendo mortalmente ferido o líder Nunes Machado.

Os praieiros são vencidos em Recife. Assim, "(...) sem pontos de apoio e quase sem munição, os grupos foram se rendendo um após o outro"¹⁹. Pedro Ivo parte com seus soldados - em sua maioria índios - para Água Preta onde mantém uma guerra de guerrilhas pelo interior da província durante três anos. Mediante a promessa de anistia, Pedro Ivo se entrega. Traído, é atirado à Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, de onde consegue fugir no dia 20 de abril de 1851. No entanto, adoece e morre num navio estrangeiro que o levaria à Europa. Desaparecia, assim, o maior líder da rebelião praieira, o "Capitão da Praia".

A outra tropa, agora liderada por Manuel Pereira de Moraes, toma a direção contrária e decide rumar para o norte da província, com vistas a obter apoio na Paraíba. Ainda em Pau Amarelo, Pernambuco, é travada nova batalha onde é ferido gravemente o praieiro João Ignácio

¹⁸ PORTO, 1981, p. 125.

¹⁹ MARSON, 1980, p. 04.

Ribeiro Roma. Políticos e senhores de engenho que participaram da revolta foram julgados e condenados, porém, em 1851, foram anistiados. Já os trabalhadores dos engenhos foram recrutados para as tropas do governo ou anistiados, pois se tratavam "(...) de mão-de-obra importante nas atividades produtivas (lavoura, por exemplo)"²⁰

4. A Rebelião Praieira na Paraíba

O governo da Província da Paraíba, que tinha como presidente João Antonio de Vasconcelos, envia 400 soldados para proteger a fronteira, bem como remove o dinheiro do erário público para o brigue *Andorinha*, (navio aportado no litoral), mais tarde também ordena que fosse lançada ao mar toda pólvora encontrada em estabelecimentos comerciais.

Não havia, de acordo com os rebeldes, localidade mais privilegiada que Areia para ser montado o quartel-general dos praieiros na Paraíba. Reunia, além de condições topográficas e estratégicas²¹, expressivos elementos do partido liberal, entre eles, dois parentes de Borges da Fonseca, os primos "Luís Vicente Borges e Santos da Costa Gondim".²² Outro destacado liberal da cidade era Maximiano Lopes Machado, que acumulava os cargos de Juiz Municipal e delegado de polícia. O poeta Luiz Nunes, na obra *História da Paraíba em Verso*, aponta bem a tônica do movimento:

Os praieiros, no entanto,
Areia tinham na mente
E pra lá se deslocam
Porque, ali, certamente
Maximiano Machado
Juiz e mais delegado
Era aliado influente.²³

Areia foi vila até 1846, porém já era considerada uma das mais expressivas do interior paraibano, tanto no campo econômico, como polí-

²⁰ *Ibidem*.

²¹ Região intermediária entre o sertão e o litoral, rota de comércio e ponto de aglutinação de migrantes. Está localizada numa serra a 622 metros do nível do mar, e tinha poucos acessos ao centro comercial e administrativo da cidade.

²² ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1978, p. 133.

²³ ALVES, Luiz Nunes. **História da Paraíba em Verso**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1984, p. 118.

tico. O padre local, Francisco de Holanda Chacon, chegou a fazer parte da primeira Assembléia Provincial em 1835. E, os Chacon faziam a política do Partido Conservador em Areia e tinham como maiores opositores os liberais Luís Vicente Borges, Maximiano Machado e o coronel Joaquim José dos Santos Leal.

A portaria do governo, datada de 28 de abril de 1845, encarregava Joaquim José dos Santos Leal do comando do Batalhão da Guarda Nacional em Areia. Porém, Santos Leal encontrou uma série de resistências no Batalhão, certamente por suas posições políticas o que fez com que este comunicasse o fato ao presidente da Província. Em documento enviado ao presidente, Santos Leal propõe o nome de novos capitães para a tropa local, sendo atendido prontamente²⁴.

Assim, com o apoio do comandante da Guarda Nacional, Santos Leal, e do delegado de polícia, Maximiano Machado, os liberais pernambucanos teriam o apoio de toda força militar de Areia. Apesar do envio de tropas do governo para proteger a fronteira, os praieiros conseguem entrar na Paraíba através de Goiana, chegando em Alagoa Grande na tarde do dia 17 de fevereiro de 1849. Ali, João Roma, que havia sido ferido no dia 12 de fevereiro, veio a falecer. O movimento perdera um de seus líderes mais experientes, ele que já havia participado da Confederação do Equador de 1824, de onde fugira para viver nos EUA até 1828.

Após contatos estabelecidos entre os praieiros e os liberais areienses, as tropas iniciam a subida da serra até Areia, aonde chegam na manhã do dia 18.

Na casa do juiz municipal e delegado si arvorou o quartel general; nas do tenente coronel Antonio José Gonsalves Lima hospedagem para alguns officiaes e quarteis para alguns batalhões, nas do tenente coronel Joaquim José dos Santos Leal igualmente se consignou hospedagem para officiaes e aquartelamento para o restante da tropa; na do advogado Luis Vicente Borges hospedagem para alguns do quartel general e outros officiaes.²⁵

Alojados os soldados, começa a ser executado o plano de defesa da cidade, visto que já sabiam da aproximação das tropas legalistas chefiadas pelo tenente coronel Feliciano Antonio Falcão. Segundo Maximiano Machado, o primeiro grande erro dos praieiros foi o de ter permitido que

²⁴ Informações extraídas das correspondências entre Santos Leal e o presidente da Província, Frederico C. de Campos (Arquivo Público do Estado da Paraíba)

²⁵ MACHADO, Maximiano Lopes. **Quadro da Revolta Praieira na Província da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPb, 1983, p. 78.

o inimigo se estabelecesse facilmente em Alagoa Grande, "(...) trez leguas de distância do centro das suas forças e apenas -uma- do seu primeiro piquete avançado!"²⁶.As tropas foram dispostas próximas a cidade, sendo que: 120 homens ocuparam Serra Grande; 80, a Boa Vista; 150, a Jussara e 90, a Vaca Brava.

No auge da batalha, não passavam de 300 liberais contra o dobro do seu contingente. Assim, forças imperiais subiam a serra sem encontrar grandes obstáculos. No engenho Macaíba foi organizada uma trincheira, mas foi prontamente desativada pelas forças imperiais. Na manhã do dia 21, depois de observado o erro da dispersão das tropas pela cidade, os chefes liberais decidem unir os rebeldes e montam uma trincheira na entrada da rua da Palha e outra na esquina da ladeira do Tatu. "Pelas 9 horas do já referido dia 21 rompeu afinal o mais vivo fogo sobre os atiradores liberais (...)"²⁷.

Em meio ao tiroteio, que chegou a destruir algumas casas, a tropa chefiada por Peixoto de Brito abandona o campo de batalha, levando munições e prisioneiros trazidos de Goiana. Com a fuga de um de seus chefes, os liberais se tornaram mais vulneráveis e depois de oito horas de combate, os rebeldes decidem fugir para o interior da província, de onde, na manhã seguinte, chegam a Pocinhos de lá tomando diferentes rumos.

Das forças legais, morreram cinco soldados e um cadete, saindo feridos 38 combatentes. A coluna rebelde, de sua parte, perdeu seis homens, além de 26 que caíram prisioneiros, 76 baixas, não contados os feridos que os rebeldes carregaram.²⁸

Com a vitória das tropas imperiais segue-se uma verdadeira caçada aos rebeldes. Os liderados por Feliciano Falcão cometem uma série de abusos contra os areienses em busca dos "culpados" e informações sobre o paradeiro destes. Inúmeras casas foram saqueadas e até pessoas que não participaram do movimento foram presas e açoitadas, como o pai de "João Azul, que, (...) quase cego foi levado preso para Recife e daí para a Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, de onde foi recambiado ao lar ao cabo de penosos sofrimentos"²⁹.

Anos mais tarde, Maximiano Machado relata, em sua obra *Quadro da Revolta Praieira na Província da Parahyba*, a vitória das tropas

²⁶ *Idem*, p. 82.

²⁷ *Idem*, p. 86.

²⁸ ALMEIDA, 1978, p. 56.

²⁹ *Idem*, p. 59.

imperiais, que "(...) passaram a considerar aquele lugar como um país estranho conquistado, e aos prisioneiros vencidos como bestas selvagens, sujeitos a pesados serviços e a tormentos cruéis"³⁰. A repressão que se seguiu sobre os areienses talvez comprovasse o apoio e a participação das camadas populares no movimento.

Quando a tropa legalista
Areia desocupou
O governo da província
Uma atitude tomou:
Mandou que contra os culpados
Processos fossem instaurados
E de fato, os instaurou.³¹

Foram denunciados 18 envolvidos, em sentença do chefe de polícia, Cláudio Manoel de Castro, datada de 30 de maio de 1849. Maximiano Machado, que estava ferido, foi preso no engenho Pureza, em Pernambuco, sendo libertado logo depois, através de *habeas corpus*. Em Areia, os principais líderes foram presos, com exceção de Joaquim dos Santos Leal, que fugira pelos sertões e Luis Vicente Borges, que se ocultara num porão do sobrado de Francisco Jorge Tôrres. Em 1851, os implicados foram anistiados voltando mais tarde a concorrer a cargos públicos.

Conclusão

As fontes bibliográficas levantadas a respeito da Rebelião Praieira apresentam lacunas no que se refere à participação da Paraíba no movimento. Por outro lado, é possível perceber na bibliografia paraibana um certo enaltecimento quanto ao papel da província naquele período, talvez a obra mais imparcial seja *Brejo de Areia*, de Horácio de Almeida. Por outro lado, a bibliografia pernambucana consultada pouco se ocupa quanto ao desenrolar da rebelião na Paraíba e quando o faz, traz alguns equívocos, como o de Amaro Quintas ao afirmar que Areia teria sido *invadida* pelos praieiros, fato imperceptível nas obras paraibanas que apontam um total apoio dos areienses aos rebeldes, salvo raras exceções dos conservadores, que eram em menor número.

³⁰ MACHADO, 1983, p. 89.

³¹ ALVES, 1984, p. 120.

Foi possível observar uma certa indefinição no que se refere ao viés ideológico do movimento na Paraíba. Tal questionamento já havia sido levantado por Mello ao afirmar que: "(...) se feição social caberia em relação à Praia recifense, receptiva a idéias de socialismo utópico e nacionalização do comércio a retalho, o mesmo não se verificaria na Paraíba onde a elite agrária de proprietários dela se apropriou"³².

A principal obra consultada quanto ao movimento em Areia, *Quadro da Revolta Praieira na Província da Parahyba*, escrita por um dos participantes do movimento, Maximiano Lopes Machado, não aponta as questões levantadas pelos liberais mais radicais da província vizinha, denota muito mais incisivamente o embate entre setores da elite paraibana. Machado se ocupa, quase que exclusivamente, a criticar a política imposta pelo presidente da Paraíba, João Antonio de Vasconcelos, bem como a apontar as: "(...) perseguições e atrocidades, que fôram desenvolvidas na infeliz província da Parayba tendo por fim como princípio absoluto fortalecer o -poder real- à modo do que si passa ao norte da Europa"³³.

A obra citada acima tem um valor inestimável dentro da bibliografia paraibana, pois, além de descrever a Rebelião Praieira na Paraíba, aponta características da luta entre liberais e conservadores e insere as disputas políticas nacionais dentro do contexto mundial, mais especificamente, sobre os últimos acontecimentos na Europa.

Em *Repercussão na Paraíba da Revolução Praieira*, de Eudes Barros, refuta o trabalho de Maximiano Machado no que tange às críticas feitas ao presidente da província. Para Barros, o ex-delegado de Areia teria sido movido pela revolta ao ter sido preso por ordens do presidente da Paraíba, bem como, por uma *certa inexperiência*, pois "(...) era ainda bastante moço naquele tempo: 27 anos (...) Não se diga que diferenças etárias pouco influem no sentido da mudança de sentimentos e idéias. Influem e muito (...)"³⁴.

O autor considera sua obra como "a História nua e crua", porém apresenta dados questionáveis quando analisa as motivações que permearam o trabalho de Machado. Sua avaliação parte de um pressuposto infundado, ou seja, a idade do delegado de polícia. Contraditório, pois o autor pertence ao grupo de "historiadores" do Instituto Histórico e Geo-

³² MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba**. João Pessoa: A União, 1994, p. 103-104.

³³ MACHADO, 1983, p. 123.

³⁴ BARROS, Eudes. **Repercussão na Paraíba da Revolução Praieira**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPb, 1973, p. 06-7. (Separata da Revista do IHGP, nº. 19)

gráfico Paraibano que tanto endeusaram e revolucionário, Peregrino de Carvalho, líder da Revolução de 1817, que tinha "apenas" 19 anos de idade quando foi enforcado. Obviamente, esta concepção de História remete aos resquícios do positivismo tão frequentes nos Institutos Históricos e Geográficos espalhados por alguns dos estados brasileiros.

Outra obra específica sobre o tema, *Areia e a Rebelião de 1848*, conferência proferida por Celso Mariz, descreve as causas do surgimento da rebelião em Pernambuco e suas implicações em Areia. Segundo Mariz, o movimento "(...) elevou o nome de Areia, pois a rebelião foi um desses êrros que os fracos e os nulos, os indecisos de idéias e compromissos não cometem"³⁵. A conferência realizada em comemoração ao centenário da elevação de Areia à categoria de cidade, tinha um certo caráter enaltecedor, colocando os areienses como "descendentes espirituais aperfeiçoados do liberalismo de 48", novamente remetendo à concepção de história citada anteriormente.

Trabalho significativo em nível nacional é a obra de Izabel Marson sobre o movimento praieiro. Nesse trabalho é questionado o posicionamento de inúmeros historiadores que buscam evidenciar na rebelião uma luta entre defensores do povo e representantes da elite. Há ainda uma crítica à tese da influência de idéias socialistas no movimento. Dessa forma, a posição da historiadora choca-se com o trabalho de Amaro Quintas, quando este discute a contribuição do socialismo utópico para o advento dessa revolta. Outro aspecto desse trabalho é o resgate de uma história em que não foi endeusada a participação popular, nem atribuído um papel heróico aos seus líderes.

Não há dúvidas quanto à importância de Areia no movimento. Ela pôde ser observada nos interesses políticos e econômicos que levaram grandes proprietários rurais, comerciantes e funcionários públicos a perderem seus bens, cargos e liberdade. A rebelião, ao chegar em Areia, já era considerada por muitos como "causa perdida", porém, isso não abalou os liberais da cidade, que, aliados a outras classes, enfrentaram o dobro de suas forças militares. O maior indício da atuação popular na rebelião esteve na dura repressão que se seguiu após a chegada das tropas imperiais que viram em Areia o maior foco de rebeldes da Paraíba. Vale destacar que eles contavam com o apoio de grupos liberais de Piancó, Itabaiana e Bananeiras.

³⁵ MARIZ, Celso. **Areia e a Rebelião de 1848**. (Conferência). João Pessoa: Departamento de Publicidade, 1946, p. 16.

Não há trabalhos atuais sobre a temática, o que seria de grande valia uma pesquisa sobre esse movimento para a historiografia paraibana, principalmente, para a história da cidade de Areia e da região. Foi ali, nas ruas íngremes da cidade, por trás de casas antigas que ainda hoje vemos, que as tropas imperiais subiram a serra trazendo a chamada "paz interna" do governo de D. Pedro II. Um estudo de caso, mas que aponta a política implementada pelo Imperador. Nesse sentido, pesquisar a Rebelião Praieira em Areia também possibilitou vislumbrar a história de inúmeras cidades do interior que, por sua vez, eram mais determinantes na história imperial já que não havia ainda os grandes centros urbanos surgidos em fins do século XIX e início do XX.

Chegava ao fim uma revolta em que o grosso das tropas era composto por trabalhadores rurais que viviam à mercê dos desmandos dos coronéis; camponeses que, sob a ordem e promessas de grandes proprietários, mergulharam numa revolta sangrenta que não lhes alterou as condições de vida e, provavelmente, não teria lhes alterado se tivesse sido vitoriosa. A estrutura agrária da região e a forma de propriedade da terra foram conservadas, o que contribuiu para engrossar cada vez mais as fileiras de despossuídos que foram ainda mais prejudicados pela "Lei de Terras" de 1850, que, de fato, só garantia o direito de posse àqueles que tivessem pago pela terra que ocupassem.

Assim, voltar ao passado, é identificar a base de um latifúndio que foi construído há séculos e que até hoje inviabiliza a distribuição de terras, emergência independente das bandeiras partidárias, e fundamental para o desenvolvimento econômico num país com as dimensões territoriais e com as condições ilimitadas de exploração agrícola, como é o caso do Brasil. A história brasileira possibilita compreender as causas dos conflitos que estão ocorrendo na atualidade, como fruto de um passado que excluiu os pobres ao livre acesso a terra, condição agravada com a exclusão sofrida pelos negros libertos em 1888, que também não tiveram a oportunidade de trabalhar a terra e dela tirar o seu sustento. Não é demais lembrar a emergência de uma história que contribua na exposição da enorme dívida social que o país e sua elite têm para com as classes populares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia**. Memórias de um Município. João Pessoa: Editora Universitária/UFPb, 1980.

- _____. **História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPb, 1978.
- ALVES, Luiz Nunes. **História da Paraíba em Verso**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1984.
- ANDRADE, Manoel Correia de. Pernambuco Imortal: Períodos de Guerras. **Jornal do Comércio**, Recife, 1995. (Suplemento Comemorativo).
- AQUINO, Aécio Vilar de. Economia e Instituições Sociais na Paraíba do Século XIX. In **Paraíba, Conquista, Patrimônio e Povo**. João Pessoa: A União, 1985.
- BARROS, Eudes. **Repercussão na Paraíba da Revolução Praieira**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPb, 1973 (Separata da Revista do IHGP, nº. 19).
- CASTRO, Oscar Oliveira. **Vultos da Paraíba**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935.
- COMISSÃO IV Centenário. **Paraíba, Conquista, Patrimônio e Povo**. A História e seus Intérpretes. João Pessoa: A União, 1985.
- DOMINGUES, Joelza Ester e LEITE, Layla Paranhos. **Brasil: Uma Perspectiva Histórica**. São Paulo: FTD, s/d.
- FIUZA, Alexandre, GONÇALVES, Regina *et alii*. **Uma História de Areia**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1998.
- GUERRA, Flávio. **História de Pernambuco**. Recife: Editora Asa, 1985.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Dispersão e Unidade - Reação Monárquica. In: **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, s/d., tomo 2, vol. 2.
- MACHADO, Maximiano Lopes. **Quadro da Revolta Praieira na Província da Parahyba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPb, 1983.
- MARIZ, Celso. **Areia e a Rebelião de 1848** (Conferência). João Pessoa: Departamento de Publicidade, 1946.
- MARSON, Izabel Andrade. **Movimento Praieiro: Imprensa, Ideologia e Poder Político**. São Paulo: Editora Moderna, 1980.
- MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba**. João Pessoa: A União, 1994.
- MONTEIRO, Hamilton M. **Brasil Império**. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).
- NADAI, Elza; NEVES, Joana. **História do Brasil**. São Paulo: Editora Saraiva, 1995.
- PINTO, Virgílio Noya. Balanço das Transformações Econômicas no Século XIX. In **Brasil em Perspectiva**. São Paulo: Difel, [s/d].
- PORTO, José da Costa. **Os Tempos da Praieira**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.

QUINTAS, Amaro. O Nordeste. In **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1985. Tomo 2, volume 2.

_____. **O Sentido Social da Revolução Praieira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

RESUMO

Rebelião Praieira: Um estudo de caso em Areia/ PB

Uma revisão historiográfica da Rebelião Praieira, revolta liberal ocorrida em 1848, expressão dos conflitos entre grupos dirigentes do Nordeste e reflexo da política imperial no Brasil. O desenrolar da revolta em Pernambuco e na Paraíba, e as causas da cidade de Areia ter sido escolhida pelos rebeldes como um dos últimos focos de resistência do movimento.

Palavras-chave: História Regional, Rebelião Praieira, Paraíba, Política, Século XIX.

ABSTRACT

The Praieira Rebellion: A study of case in Areia/PB

A historiographic revision of the Praieira Rebellion, a liberal rebellion that took place in 1848, expression of the conflicts among different groups of the Northeast and reflex of the imperial politics in Brazil. The development of the revolt in Pernambuco and Paraíba, and the cause of the choice of the city of Areia by the rebels as one of the last focus of resistance of the movement.

Key words: Regional History, Praieira Rebellion, Paraíba, Politics, 19th Century.